

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM STEFAN  
BERGER SOBRE SEU LIVRO

*History and Identity:  
How Historical Theory Shapes  
Historical Practice*

BRUNO MANDELLI

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil  
[bruno.o.mandelli@gmail.com](mailto:bruno.o.mandelli@gmail.com)  
[orcid.org/0000-0003-3584-1806](http://orcid.org/0000-0003-3584-1806)

Stefan Berger é Diretor do Instituto de Movimentos Sociais na Ruhr Universität Bochum e Professor de História Social na mesma universidade. Suas especialidades incluem estudos sobre nacionalismo e identidade nacional, historiografia e teoria da história, estudos comparados do trabalho, desindustrialização e história do patrimônio industrial.

A entrevista, realizada no dia 12 de fevereiro de 2025, no Instituto de Movimentos Sociais (Bochum, Alemanha) trata de seu livro mais recente, *History and Identity, How Historical Theory Shapes Historical Practice* [História e Identidade, Como a Teoria da História Molda a Prática Histórica]. Nesta obra, o Professor Berger oferece uma exploração perspicaz da profunda transformação da escrita da história ao longo das últimas quatro décadas. O livro argumenta que a disciplina da história atravessou um período de intensa autorreflexão, impulsionada pela influência de novas correntes teóricas como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, o construtivismo, o narrativismo e a virada linguística.

*Bruno Mandelli*

Seu livro demonstra como essas inflexões teóricas impactaram diversos campos da investigação histórica e examina tanto os gêneros tradicionais – incluindo história política, social, econômica, do trabalho e cultural – quanto os campos mais recentes, como história de gênero, antropologia histórica, história da memória, história dos conceitos, a virada visual, história da cultura material e história transnacional, comparada e global. O senhor discute diferentes temas e abordagens em seu livro. Farei algumas perguntas sobre ele. Sinta-se à vontade para responder conforme sua conveniência.

Professor Berger, seu livro demonstra com grande força o impacto de diversas viradas teóricas na prática histórica. Contudo, o senhor poderia detalhar como percebe a relação entre essas abordagens teóricas? O senhor as considera majoritariamente compatíveis, ou existem tensões e contradições fundamentais entre elas?

*Stefan Berger*

Bem, considero muito difícil categorizar as várias teorias que discuto sob um único rótulo, por serem, em essência, muito distintas e se desenvolveram por caminhos diferentes. Há pressupostos e antecedentes diversos que exercem impacto sobre essas tradições. O ponto em comum, entretanto, é que todas elas emergem nas décadas de 1960 e 1970 e, em conjunto, exerceram um impacto significativo na escrita da história em seus diferentes campos. O que procuro fazer no livro é justamente rastrear o impacto desse conjunto de teorias sobre a escrita da história. Evidentemente, existe uma vasta produção historiográfica que não foi afetada por essas teorias. Meu argumento, porém, é que alguns dos trabalhos históricos mais instigantes surgidos desde a década de 1970 até o presente foram profundamente influenciados por elas.

*Bruno Mandelli*

Segunda pergunta: o senhor afirmou em seu livro que o vínculo de maior sucesso já estabelecido pela escrita histórica foi aquele com a nação. Este é um tema que o senhor também abordou em outra obra. Nesse sentido, *History and Identity* critica o êxito do nacionalismo historiográfico e do hipernacionalismo. Ainda assim, alguns pesquisadores defendem que o Estado-nação permanece como uma unidade de análise crucial, especialmente para a compreensão da história política e econômica. Como o senhor avalia o modo como os historiadores lidam com a tensão entre a crítica às narrativas nacionais e o reconhecimento da importância persistente do Estado-nação na configuração dos processos históricos?

*Stefan Berger*

Bem, há muito tempo sou fascinado pelo poder da nação, das ideologias nacionais, do nacionalismo, em subsumir todas as outras possíveis estruturas identitárias sob a égide nacional. Temos identidades de classe, identidades étnicas, identidades de gênero; dispomos de uma vasta gama de identificações distintas.

Contudo, o que me parece interessante é como o elemento nacional foi, e talvez eu possa argumentar que continua sendo, extremamente bem-sucedido em dominar o campo identitário. No passado, isso estava muito relacionado ao poder dos Estados-nação sobre as corporações de historiadores nacionais, mas também se relaciona ao poder dos movimentos nacionais. E, de certo modo, o sucesso do modelo de Estado-nação no século XX implicou que, sob alguns aspectos, esse tipo de nacionalismo historiográfico se disseminasse globalmente.

O modelo de Estado-nação levou à fragmentação dos impérios europeus e foi igualmente adotado pelos diversos movimentos anticoloniais e de descolonização ao redor do mundo, resultando na organização atual do mundo em Estados-nação. Isso significa, em um primeiro nível, que seria insensato afirmar que o Estado-nação é irrelevante para a análise histórica, pois muitos aspectos do desenvolvimento histórico só podem ser elucidados com referência aos Estados-nação. Se observarmos, para dar apenas um exemplo, o desenvolvimento dos Estados de bem-estar social em diferentes partes do mundo, creio que em muitos desses casos o Estado-nação foi extraordinariamente importante na configuração desses modelos de bem-estar em distintas regiões.

Portanto, não afirmo que o Estado-nação não seja importante. O que ocorre, entretanto, é que em inúmeros casos esse nacionalismo historiográfico nos induziu a crer que os desenvolvimentos internos a um Estado-nação eram autônomos em relação ao resto do mundo. E penso que muito do que a história transnacional entrelaçada (*entangled history*) demonstrou é que diversas tradições, que o nacionalismo historiográfico nos faria crer serem nacionais, são, na verdade, forjadas no diálogo com forças transnacionais. Isso se aplica desde a administração urbana até, novamente, os Estados de bem-estar social, abrangendo muitas esferas da vida cotidiana em que as chamadas tradições nacionais são frequentemente constituídas em interlocução com entidades transnacionais.

Nesse sentido, considero que o Estado-nação e o nacional são muito importantes, mas permanece, a meu ver, como uma tarefa contínua, a desnacionalização de nossas consciências históricas, dada a relevância do nacionalismo historiográfico no presente. Podemos observar como esse nacionalismo historiográfico contemporâneo serve de base para inúmeros projetos políticos, desde o “*Make America Great Again*” de Trump às fantasias imperiais de Putin, ou à Índia de Modi, onde o nacionalismo hindu é o fator determinante. E poderíamos citar inúmeros outros exemplos, inclusive na Europa: a Hungria de Orbán, ou os vários movimentos nacionalistas populistas como o Rassemblement National na França, ou em meu próprio país, a Alemanha, a AfD, Alternative für Deutschland.

Vemos, assim, como todos esses movimentos se alimentam do nacionalismo historiográfico. Não se trata, portanto, de algo relegado ao passado, mas sim de um fenômeno intensamente presente. Creio que a consciência desse fato e a tentativa de desnacionalizar nossas consciências históricas constituem também uma importante intervenção política na atualidade.

*Bruno Mandelli*

Agradeço. Passemos a outra pergunta: o senhor realça a importância dos “longos anos 1960” como um ponto de inflexão na pesquisa histórica – os anos 1960 e 1970. Você identifica algum período comparável de efervescência intelectual nos últimos anos que esteja, de modo similar, reconfigurando a disciplina? Existem tendências ou perspectivas teóricas emergentes que, em sua opinião, estejam posicionadas para impactar significativamente a prática histórica nas próximas décadas?

*Stefan Berger*

Sim, é uma excelente pergunta. O livro se dedica, em grande medida, a rastrear o impacto dessas várias teorias sobre a profissão histórica a partir dos anos 1980. Contudo, abordamos também alguns campos, como as novas abordagens materialistas na historiografia, que, na verdade, têm suas origens em uma reação a algumas daquelas teorias anteriores.

Nos anos 60 e 70, por exemplo, o pós-estruturalismo enfatizou enormemente a importância da linguagem e da construção linguística do mundo. O novo materialismo, de certa forma, reage a isso, argumentando que, sob certos aspectos, essa abordagem pós-estruturalista leva ao extremo a crença iluminista na cognição humana. O *Cogito Ergo Sum* de Descartes – “penso, logo existo” – é encarado com considerável ceticismo pelas novas teorias materialistas.

Estas, por sua vez, enfatizam a conectividade entre a existência humana e seu entorno material, atribuindo agência a esse entorno em graus variados, dependendo do autor. Penso que, por exemplo, na sociologia de Bruno Latour, isso se configura como um corpo teórico sociológico de grande relevância, com impacto sobre os trabalhos históricos. Nesse sentido, creio que podemos identificar novas teorias que conduzem a novas formas de analisar o desenvolvimento histórico, com origens posteriores aos anos 1970. Pensem também em outra área em desenvolvimento: a *big history* (grande história), a noção de que a história não pode se restringir à história humana, pois existem milhões de anos de história nos quais os humanos sequer estavam presentes, e que precisamos dar atenção a essa perspectiva mais ampla. Trata-se de outra área que tem se expandido vigorosamente.

Aqui, no entanto, observo, por exemplo, uma carência de aporte teórico substancial. É uma maneira diferente de encarar a história, mas não consigo identificar um corpo teórico significativo que fundamente essa abordagem específica. Outro ponto que discuto no livro, relativo a vários subcampos da escrita histórica, é que muitos deles, ao se desenvolverem, tenderam a se perceber como vanguarda, na linha de frente dos novos rumos da historiografia. Ao fazerem isso, tenderam também a criar barreiras em relação às outras vertentes históricas e aos outros historiadores. Por se considerarem na vanguarda, basicamente afirmavam que toda a produção historiográfica restante era antiquada.

Isso, em última análise, leva apenas à criação de seus próprios “reservatórios”, por assim dizer, onde dialogam predominantemente entre si. E isso é muito perigoso, pois implica que o restante da comunidade de historiadores deixa de interagir com eles. Torna-os alvos fáceis e dificulta a institucionalização de sua abordagem historiográfica na profissão como um todo.

Observamos isso com a história de gênero, por exemplo. Durante muito tempo, historiadores de gênero dialogaram apenas com outros historiadores de gênero, criando Centros de História de Gênero. Mas, como os demais historiadores não foram muito afetados por isso, quando surgiram cortes orçamentários nas universidades e a questão de quais cátedras cortar, as de história de gênero se tornaram vulneráveis, pois os outros poderiam argumentar: “Bem, eles nunca dialogaram conosco, por que deveríamos nos importar especificamente com esse tipo de estudo?”. É por isso que considero crucial que os subcampos da história estabeleçam múltiplos pontos de contato com outros campos. É através desses contatos, tornando suas abordagens relevantes para outras áreas da escrita histórica, que conquistam maior reconhecimento e, em última instância, mais poder dentro da profissão. Apraz-me dizer que a história de gênero também alcançou isso nas últimas décadas e hoje é, frequentemente, um elemento importante da historiografia *mainstream*.

*Bruno Mandelli*

Professor Berger, a próxima pergunta aborda essas novas perspectivas teóricas, como a história transnacional, comparada e global. A história comparada, como sabemos, não é recente; remonta ao início do século XX, com Marc Bloch, por exemplo. Mas agora testemunhamos a ascensão da história global, que o senhor discute em seu livro. Essas abordagens desafiam frequentemente o nacionalismo metodológico que por tanto tempo caracterizou grande parte da escrita histórica. O senhor poderia detalhar as contribuições teóricas e metodológicas específicas desses campos? Quais desafios e oportunidades singulares eles apresentam para a reescrita do passado? E como se relacionam com as transformações teóricas mais amplas discutidas em sua obra?

*Stefan Berger*

Sim, de fato, você tem razão ao afirmar que a história comparada, ou melhor, os apelos por uma história comparada, são relativamente antigos. Curiosamente, já encontramos formas de escrita histórica comparativa no final do século XIX, embora a maioria dos que realizavam essas comparações não pertencessem formalmente à profissão de historiador. Produziam trabalhos históricos, mas a partir de campos como, na Alemanha, por exemplo, a disciplina denominada *Staatswissenschaften* – que, suponho, seria o equivalente alemão da ciência política antes de esta chegar à Alemanha via Estados Unidos.

A Etnologia, assim como a jurisprudência, as ciências administrativas e a geografia, também eram disciplinas onde se praticava a comparação histórica. Seus praticantes não ocupavam cátedras de História, mas produziam trabalhos de história comparada. Creio que o desenvolvimento da profissão histórica no início do século XIX, marcado pelo forte impacto do que denomino *Historismus* – frequentemente traduzido em inglês como *historicism* (historicismo), o que obscurece uma distinção importante feita em alemão, por exemplo, entre *Historismus* e *Historizismus* – levou os historiadores a focar na singularidade e individualidade dos processos históricos.

Se partirmos do pressuposto de que cada desenvolvimento histórico só pode ser compreendido em seus próprios termos, como postularam Ranke e outros historicistas (seguidores do *Historismus*), então a comparação perde muito de seu sentido. Contudo, de certa forma, foram os historiadores dos *Annales*, como Marc Bloch, os primeiros a salientar que, se acreditarmos na existência de desenvolvimentos comparáveis na história, através do tempo e do espaço, a comparação se justifica por diversas razões. Primeiramente, para verificar se aquilo que aparenta ser único em um determinado local o é de fato, ou se encontra réplicas em outros lugares.

E, inversamente, para averiguar se algo amplamente considerado universal o é de fato, ou se existem especificidades nos desenvolvimentos históricos de certos locais em comparação com outros. Marc Bloch expôs isso de forma célebre em uma publicação de 1928, na qual defendia a comparação. No entanto, ao analisarmos a obra de Bloch, como seu volumoso *A Sociedade Feudal*, constatamos que 80% a 90% do livro se dedica à França, com apenas uma pequena seção comparativa ao final. Isso também indica a dificuldade inerente à prática da história comparada, por múltiplas razões. Por exemplo, a comparação que cruza fronteiras linguísticas exige o domínio de, no mínimo, duas ou mais línguas.

Ademais, é necessário familiarizar-se não apenas com a língua, mas também com o contexto local, o que requer um conhecimento aprofundado da história de, pelo menos, dois lugares distintos. Tudo isso cria uma espécie de barreira em torno da história comparada, tornando-a mais árdua. Diria, contudo, que as recompensas da história comparada são também bastante significativas. Ela nos permite compreender melhor os acontecimentos em um determinado lugar, ou discernir com mais clareza o que é verdadeiramente singular naquele contexto. Nesse sentido, por exemplo, ao examinarmos as historiografias do século XIX na Europa, percebemos que cada historiografia nacional reivindicava um caráter especial para seu Estado-nação, resultando em uma proliferação de “caminhos especiais” (*Sonderwege*).

Quando analisamos isso comparativamente, porém, vemos que a singularidade não é tão acentuada assim. O nacionalismo historiográfico, por estar vinculado à criação de identidades nacionais, tem interesse em afirmar: “Isto é verdadeiramente especial, é o que distingue a Alemanha ou a França”. A perspectiva comparativa, por outro lado, oferece a possibilidade de desconstruir esse nacionalismo historiográfico. Ao mesmo tempo, a comparação por vezes nos permite corrigir noções de causalidade. Na Alemanha, por exemplo, a ascensão do nacional-socialismo foi frequentemente atribuída à profundidade da crise econômica de 1929 e dos anos subsequentes. Argumentava-se que o enorme desemprego e a miséria generalizada facilitaram a ascensão dos nacional-socialistas.

Contudo, se olharmos para a Grã-Bretanha, constatamos que a crise econômica foi ainda mais severa, com níveis de pobreza mais elevados; o país foi, de fato, mais afetado pela crise. E, ainda assim, o fascismo permaneceu um movimento relativamente marginal na Grã-Bretanha. Logo, a miséria econômica, por si só, não pode explicar a ascensão do nacional-socialismo. Desta forma, a comparação se revela extremamente útil para questionar explicações que, de outra forma, seriam apresentadas apenas dentro de um contexto nacional isolado.

*Bruno Mandelli*

Compreendo. E sobre a história global, que atualmente experimenta uma ascensão, com a proliferação de referenciais teóricos globais em muitas universidades? Como o senhor percebe essa ascensão da história global, que por vezes também critica a história comparada?

*Stefan Berger*

Penso que a história global floresceu a partir da compreensão de que diferentes espaços no mundo estavam interconectados. Portanto, sua ascensão está ligada ao crescente interesse nas conexões entre espaços locais. O foco não é tanto comparar, mas sim compreender como diferentes espaços se conectam. Surge então, naturalmente, uma crítica à história comparada, crítica essa que, aliás, não se originou na história global, mas sim nos estudos sobre as relações franco-alemãs. Refiro-me à noção de que a história comparada, no passado, comparava frequentemente o caso A com o caso B, talvez C, D, etc., tratando-os como se fossem independentes, sem relações mútuas.

Isso, de certa forma, torna a comparação incompleta. Pois, e creio que este é o ponto levantado por historiadores da *Histoire Croisée* na França e Alemanha, como Michael Werner e Michel Espagne, é preciso primeiro identificar as conexões existentes para depois comparar. Ou, numa perspectiva mais radical, como defenderia Michel Espagne, talvez nem se deva comparar, mas apenas analisar as conexões. Contudo, acredito que a comparação ainda desempenha uma função importante na historiografia. É claro que é necessário identificar as conectividades entre os casos estudados e levá-las em consideração. Feito isso, a comparação ainda pode revelar muito em termos de diferenças e semelhanças.

Nesse sentido, penso ser possível combinar a história das transferências, das conexões, e a história comparada. A ascensão da história global, a meu ver, inicia-se nos anos 1990 e avança pelo novo século, estando intimamente ligada a uma nova fase de globalização econômica. Tivemos uma primeira fase dessa globalização por volta de 1900 e uma segunda fase intensa após 1990.

*Bruno Mandelli*

Podemos prosseguir com mais algumas perguntas, se estiver de acordo. Professor Berger, seu livro enfatiza a natureza construída das narrativas históricas, especialmente em diálogo com os escritos de Hayden White, que o senhor discute. Diante disso, como o senhor concebe a relação entre história e ficção? Haveria lições que os historiadores poderiam aprender com romancistas ou cineastas no que tange à construção narrativa e ao engajamento de públicos mais amplos? Qual sua opinião sobre essa relação?

*Stefan Berger*

Sim, bem, creio ser uma relação muito estreita, e que tem sido assim desde os primórdios da profissão histórica. Observamos que, no século XIX, muitos romancistas liam história e eram influenciados por essas leituras na criação de seus personagens fictícios. Sendo ficção, há, por assim dizer, maior liberdade para construir.

Podem-se criar personagens que não existiram historicamente, mas que são informados por um conhecimento oriundo da pesquisa histórica. Nesse sentido, penso que a ficção pode adentrar territórios inacessíveis à história, pois o passado pode não ter deixado registros sobre determinados aspectos. A ficção pode ir além da pesquisa histórica; baseando-se nela, pode especular sobre o que poderia ter ocorrido.

Isso se aplica particularmente, é claro, quando pensamos nas emoções dos personagens ou em formas específicas de pensamento sobre as quais os historiadores só podem especular. Portanto, em última análise, creio que há uma interação considerável. O mesmo ocorre com o cinema, certo? Pensemos nos grandes filmes históricos que contaram com historiadores como consultores. Houve, nesses casos, um esforço para alcançar a correção histórica, aproveitando a pesquisa existente para criar, ao fim, uma obra de ficção na forma de um longa-metragem. Ao mesmo tempo, porém, considero fundamental manter as fronteiras e os limites entre a pesquisa histórica e as obras de ficção – sejam romances, filmes ou qualquer outra forma – no sentido de que existem procedimentos específicos na pesquisa histórica que devem ser seguidos.

Não podemos inventar fontes. Devemos ler o máximo possível sobre o tema que pretendemos abordar e tentar compreender o passado com base nos vestígios que chegaram até nós. Naturalmente, a partir desses vestígios, surgirão interpretações distintas. Creio que todos nós nos tornamos bastante cépticos em relação a termos como “verdade histórica”. Podemos, talvez, afirmar que em 30 de janeiro de 1933 os nacional-socialistas tomaram o poder na Alemanha. Mas, será que o tomaram exatamente em 30 de janeiro? Ou foi um processo no qual talvez tenham declarado o início da Revolução Nacional naquela data, mas, na prática, precisaram eliminar várias pessoas nos meses seguintes antes de poderem realmente reivindicar o poder? Mesmo afirmações aparentemente simples como essa revelam sua complexidade e sua abertura à interpretação.

Nesse sentido, penso que há limites para o que os historiadores podem afirmar. Provavelmente, também podemos dizer que somos capazes de refutar certas afirmações sobre o passado. Talvez o exemplo mais notório – que, creio, foi até objeto de um famoso processo judicial – seja a afirmação de que o assassinato sistemático dos judeus europeus não ocorreu. O caso Lipstadt vs. Irving sobre a negação do Holocausto foi tão importante porque demonstrou ser possível levar a negação do Holocausto aos tribunais e refutar os argumentos daqueles que negavam sua ocorrência. É muito mais difícil verificar uma afirmação sobre o passado, a menos que se trate de declarações muito simplistas sobre fatos concretos. E, frequentemente, percebemos que mesmo o que classificamos como “fatos concretos” pode ser bastante problemático ao tentarmos fazer afirmações sobre eles.

Existem, portanto, enunciados de verdade, mas geralmente são enunciados muito simples. De resto, quando se trata do passado, frequentemente estamos no domínio da contestação. E esse é o cerne da disciplina histórica: engajar-se na contestação sobre o que aconteceu no passado, com base no que sabemos sobre ele. Isso não equivale a dizer que não podemos saber nada sobre o passado. Não se trata de uma situação em que qualquer um possa dizer qualquer coisa sobre o passado e sua afirmação tenha o mesmo valor que a de outra pessoa. Não é um “vale-tudo”. Podemos identificar *fake news*, e os historiadores são competentes em estabelecer o que são *fake news* e o que são afirmações baseadas em fatos históricos (fatoss que permanecem, é claro, essencialmente contestados). Por isso, considero crucial manter a fronteira entre a profissão histórica e outras profissões, como a de cineasta ou romancista, que frequentemente estão muito próximas da história, mas que também são distintas dela.

*Bruno Mandelli*

O senhor acompanhou o debate entre David Irving e Deborah Lipstadt sobre o Holocausto? É o caso famoso, não? David Irving a processou, alegando que ela fazia afirmações falsas sobre seu trabalho. E isso se tornou um filme.

*Stefan Berger*

Exatamente. Tornou-se um filme novamente. É um caso interessante de um filme profundamente informado pelo passado, por eventos passados, e, ao mesmo tempo, um filme que contou com consultores históricos para informar o cineasta sobre os acontecimentos relacionados a essas questões que culminaram naquele célebre processo judicial em Londres.

*Bruno Mandelli*

Sim, é um caso muito interessante para se debater. Talvez mais uma pergunta, relacionada a isso. O senhor escreveu em seu livro que os historiadores foram culpados de ambas as acusações: antiquarianismo e, por vezes, falta de ética. O senhor aborda, assim, as responsabilidades éticas dos historiadores nessa parte da obra. Poderia discorrer sobre suas perspectivas acerca do papel dos historiadores nos debates públicos sobre o passado, especialmente em contextos onde narrativas históricas são frequentemente instrumentalizadas para fins políticos? Como podem os historiadores engajar-se responsávelmente com o público sem comprometer o rigor acadêmico?

*Stefan Berger*

Sim, é uma questão muito interessante. E, claro, existe um caminho muito delicado, muito estreito, entre a instrumentalização da história para fins políticos e uma pesquisa engajada que utiliza a história para promover certas metas e objetivos no presente. Em alguns aspectos, creio que os historiadores foram frequentemente acusados – possivelmente com razão – de antiquarianismo. O exemplo mais célebre talvez seja o de Friedrich Nietzsche, no século XIX, em uma de suas três

conferências na Basileia sobre filosofia. Naquela dedicada à história, ele afirma que grande parte da história produzida por professores universitários é antiquária, no sentido de não ter relação com o presente. Trata-se do estudo de um passado morto, sem significado para o presente.

Isso, para Nietzsche, era uma espécie de história sem vida. Nesse sentido, creio que Nietzsche foi importante ao reconhecer a existência de um vínculo umbilical entre o estudo do passado e a vida no presente. Para ele, a pesquisa histórica crítica era aquela que buscava esse vínculo entre passado e presente, e que formulava perguntas ao passado relevantes para o presente.

E creio que essa continua sendo, em grande medida, a tarefa dos historiadores: formular perguntas ao passado que sejam relevantes para o presente. A partir dessa base, creio ser possível utilizar os resultados da pesquisa para intervir nos debates políticos atuais e usar a história para defender determinadas posições políticas relacionadas à justiça social, à democracia política ou a uma vasta gama de outras esferas onde a história pode ser aplicada. Contudo, o que considero ilegítimo para um historiador é adotar uma posição específica no presente e, em seguida, estudar o passado com o intuito de encontrar nele aquilo que corrobora seus objetivos políticos atuais.

É preciso, de alguma forma, ser capaz de formular questões de pesquisa e, então, aceitar a possibilidade de que os achados não correspondam às expectativas iniciais. Reconheço que isso é muito difícil, pois, naturalmente, sempre desejamos encontrar no passado aquilo que se alinha com nossas pressuposições presentes. Mas manter essa abertura metodológica é, a meu ver, um dos pré-requisitos para assegurar que o passado e a escrita sobre ele não se tornem uma arma no conflito político presente, mas sim um recurso nesse conflito, fundamentado naquilo que se pode demonstrar através da pesquisa histórica rigorosa.

*Bruno Mandelli*

Certo, apenas mais duas perguntas para finalizarmos nossa entrevista. A próxima é sobre as humanidades digitais. A ascensão das humanidades digitais e das novas tecnologias de mídia está transformando a maneira como a pesquisa histórica é conduzida e disseminada. Como o senhor percebe o impacto desses avanços tecnológicos na relação entre teoria e prática histórica? Eles oferecem novas possibilidades para a aplicação de *insights* teóricos ou para o questionamento de paradigmas existentes?

*Stefan Berger*

Sim, quero dizer, o impacto é enorme. O impacto das humanidades digitais sobre a profissão histórica será massivo. Em termos de fontes, a digitalização de arquivos inteiros, possibilitando a pesquisa digital, nos permitirá encontrar respostas para questões que antes eram simplesmente inviáveis. Podemos analisar grandes *corpus* de dados por meio de arquivos digitais.

Arquivos de jornais são apenas um exemplo entre muitos. Toda uma gama de questões que não podiam ser respondidas pela pesquisa histórica na era pré-digital tornar-se-ão respondíveis na era digital. Nesse sentido, creio que é revolucionário em termos das respostas que poderemos encontrar no passado. Por

outro lado, a revolução digital não nos isenta de realizar o trabalho fundamental de constituir um *corpus* de dados, de fontes, que desejamos analisar com o objetivo de responder a uma questão específica. Portanto, a tarefa básica de ler o máximo possível de material de fonte disponível e, a partir disso, chegar a uma compreensão interpretativa do significado do conjunto, permanecerá a mesma. Nesse sentido, penso que a capacidade do historiador de produzir interpretações convincentes e leituras inovadoras do passado continuará sendo o critério distintivo do profissional.

Isso também não é alterado, obviamente, pelo outro grande desenvolvimento: a inteligência artificial. Já observamos uma mudança massiva na forma como ensinamos história, certo? Tornou-se muito fácil para os estudantes escreverem ensaios sobre qualquer tema utilizando inteligência artificial. Poderíamos provavelmente dizer que a inteligência artificial redige ensaios melhores do que 60% dos nossos alunos conseguiriam redigir sem ela. Mas isso não significa que devamos proibir a inteligência artificial, pois seria uma empreitada fútil.

Teremos, sim, que encontrar formas de dizer: “Utilizem a inteligência artificial, certamente. Isso significa que a maioria de vocês produzirá ensaios melhores do que antes”. Mas o que de fato avaliaremos é o que vocês acrescentam ao que a inteligência artificial pode fazer. E o que vocês acrescentam – e isso é algo que a inteligência artificial, até onde sei, ainda não consegue fazer – é a capacidade de propor leituras inovadoras. A inteligência artificial fornecerá o estado da arte, indicará que tais autores argumentaram isso, aqueles argumentaram aquilo. Mas reunir tudo isso e formular algo novo é, pelo menos no momento, creio eu, algo que a inteligência artificial não pode fazer.

Isso exige uma reconfiguração do ensino de história. Mas os processos fundamentais que impulsionam a inovação no pensamento historiográfico permanecem inalterados, penso eu, pela inteligência artificial – pelo menos até hoje. O que o futuro reserva, se a inteligência artificial um dia será capaz de ser tão inovadora quanto a mente humana... talvez. Mas aí estaríamos falando de uma espécie de realidade ciborgue que já foi tema nos filmes de Arnold Schwarzenegger nos anos... 1970, 1980...

*Bruno Mandelli*

Última pergunta, para concluirmos nossa entrevista. Deixe-me localizar aqui... Sim. O senhor escreveu no início de seu livro: “Não tenho sido capaz de conceber a escrita da história sem refletir sobre a prática do que está envolvido neste exercício. E nunca fui capaz de ler sobre a teoria da história sem refletir sobre o significado para a prática real da escrita da história”. Considerando sua ênfase na inseparabilidade entre teoria e prática, que conselho o senhor daria aos jovens historiadores que estão iniciando suas carreiras? Qual a melhor forma de integrarem a reflexão teórica à sua pesquisa e escrita? E quais são as habilidades e hábitos mentais mais importantes que devem cultivar para se tornarem praticantes da história autorreflexivos e criticamente engajados?

*Stefan Berger*

Bem, suponho que toda exploração do passado se inicie com perguntas. Temos perguntas específicas sobre o passado para as quais buscamos respostas. E dispomos de diversas fontes – literatura secundária, fontes primárias – que nos informam sobre esse passado. Então, buscamos compreender esse passado. E creio que as teorias da história podem nos auxiliar a encontrar formas de visualizar esse passado, de compreendê-lo, de estruturá-lo de maneira significativa.

Essas teorias, penso eu, moldam nossa compreensão do que ocorreu no passado. Sem elas, não seríamos capazes de escrever as histórias da forma como o fazemos, pois não conseguiríamos conferir sentido à multiplicidade de elementos que nos chegaram do passado. Para dar apenas um exemplo da inter-relação entre teoria e escrita histórica, um exemplo muito famoso da história social: *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson. Ele analisava fontes primárias e literatura secundária sobre o final do século XVIII e início do XIX e deparou-se com organizações interessantes como a London Corresponding Society, onde artesãos e trabalhadores se reuniam em uma espécie de clube político. Ele, então, utilizou a teoria marxista da história para interpretar isso, afirmando: aqui temos os germes de trabalhadores se unindo e percebendo que têm algo em comum – uma espécie de início de uma classe trabalhadora. E ele enfatizou que essa classe trabalhadora não foi formada apenas pelos desenvolvimentos econômicos – as mudanças nas forças produtivas –, mas também foi constituída por suas próprias ações.

Nesse sentido, a teoria o auxiliou a interpretar o que encontrou em suas fontes. Esse é apenas um exemplo de como se pode utilizar produtivamente a teoria – a teoria marxista, neste caso – para compreender o passado. Poderíamos citar exemplos similares utilizando, digamos, *insights* da teoria psicológica para explicar a história. Existem, portanto, diversos corpos teóricos. Podemos achar alguns mais convincentes que outros. Mas o ponto crucial, creio eu, é que essas teorias nos ajudam a conferir sentido ao passado.

Há muitos anos, cofundi uma coleção de livros chamada *Writing History, Theory and Practice* [Escrevendo História, Teoria e Prática], que hoje conta com muitos volumes. A ideia fundamental surgiu ao lecionar cursos de teoria da história, nos quais, juntamente com alguns colegas, percebemos que os melhores alunos comprehendiam muito bem as teorias. Contudo, esses mesmos alunos, ao cursarem outras disciplinas sobre o que tendiam a chamar de “história de verdade”, esqueciam a teoria e analisavam as fontes como se estas pudessem, por si sós, narrar uma história.

A conexão entre analisar fontes históricas e abordá-las através de um referencial teórico, ou utilizar um referencial teórico para compreender o que se lê nas fontes, essa conectividade era algo que os alunos frequentemente achavam difícil. Foi por isso que concebemos a ideia de uma coleção inteira de livros onde, em diferentes campos da história, sempre investigaríamos quais corpos teóricos foram influentes na produção de determinadas obras históricas, para os alunos poderem visualizar essa conexão imediata entre a teoria da história e a prática da escrita histórica.

*Bruno Mandelli*

Muito obrigado, Stefan, por esta entrevista. Ficamos muito satisfeitos com suas explanações e com as ideias brilhantes de seu livro *History and Identity*. Esta é uma entrevista de grande importância para o público brasileiro.

*Stefan Berger*

E para o leitor brasileiro, talvez seja interessante saber que não haverá uma tradução para o português, mas sim uma para o espanhol, a ser publicada pela editora Prometeo, na Argentina, ainda este ano. A tradutora, Eugenia Gay, ela própria uma renomada teórica da história, acrescentou um capítulo sobre o contexto hispanofalante à obra que, de resto, é claramente muito anglo-cêntrica.

ENTREVISTA COM STEFAN BERGER SOBRE SEU LIVRO *History and Identity*:  
*How Historical Theory Shapes Historical Practice*  
Entrevista recebida em 21/04/2025 • Aceito em 07/08/2025  
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado